

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi reportado ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (GPBE) uma situação de alegadas irregularidades no funcionamento do Instituto Politécnico de Santarém (IPS).

De acordo com as informações recebidas pelo GPBE, na Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém (ESGTS) a distribuição de serviço docente no ano letivo de 2019/2020 estaria a violar o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico no que diz respeito à carga máxima de horas letivas semanais, que estaria a ser ultrapassada, e à contabilização do serviço docente noturno, que não estaria a ser devidamente contabilizado.

Foram igualmente alegadas ao GPBE irregularidades nas contratações de docentes na ESGTS e problemas de natureza pedagógica no que diz respeito à distribuição das cargas letivas.

A confirmarem-se, estas situações merecem a nossa maior preocupação em nome do regular funcionamento do IPS e da ESGTS e do respeito pelos direitos dos seus docentes e estudantes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior conhecimento desta situação?
2. Pondera o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior atuar junto do Instituto Politécnico de Santarém no sentido de contribuir para a solução problema alegado?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2019

Deputado(a)s

LUÍS MONTEIRO(BE)

FABÍOLA CARDOSO(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.